

Políticas Educacionais Na Redução Das Desigualdades Sociais No Brasil

Paulo Alves Da Silva¹, Josimar Soares Da Silva², Eduardo Lemes Monteiro³,
Maria Aparecida De Moura Amorim Sousa⁴, Rair De Lima Nicácio⁵,
José Antonio Da Silva⁶, André Dias Martins⁷, Ademar Alves Dos Santos⁸,
Terezinha Sirley Ribeiro Sousa⁹, Mauriety Rodrigues Oliveira¹⁰

Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia De Goiás, Brasil¹

Universidade Estadual Da Paraíba, Brasil²

Faculdade De Apucarana, Brasil³

Universidade Estadual Do Piauí, Brasil⁴

Universidade Federal Do Amazonas, Brasil⁵

Florida University, EUA⁶

Universidade Estadual De Maringá, Brasil⁷

Universidade Federal De Uberlândia, Brasil⁸

Universidade Do Estado Do Pará, Brasil⁹

Faculdade Das Águas Emendadas, Brasil¹⁰

Resumo

As políticas educacionais cumprem uma função decisiva na configuração da sociedade, podendo contribuir para a redução das desigualdades sociais. O governo tem o dever de garantir o acesso à educação de qualidade como parte dos direitos sociais, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988. O objetivo geral deste estudo é analisar o impacto das políticas educacionais na redução das desigualdades sociais no Brasil. Para atingir esse objetivo, os objetivos específicos são: Investigar o papel das políticas educacionais na promoção da equidade no acesso à educação; Avaliar as políticas educacionais implementadas desde a década de 1990 e seu impacto na redução da pobreza e das desigualdades; Analisar os desafios das políticas educacionais para promover a igualdade de gênero na educação; Examinar as implicações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na promoção da equidade e igualdade na educação. Entende-se que o acesso igualitário à educação e a qualidade do ensino ainda são desafios no Brasil, portanto, é necessário investigar as políticas educacionais e seu impacto na redução das disparidades sociais. Este estudo contribuirá para uma melhor compreensão do papel das políticas educacionais na redução das desigualdades sociais no Brasil, a partir de dados para o desenvolvimento de políticas mais eficazes e inclusivas no campo da educação. A pesquisa envolverá uma análise documental das políticas educacionais implementadas desde a década de 1990 até os dias atuais, incluindo documentos oficiais, relatórios de organizações internacionais e estudos acadêmicos relevantes. Espera-se que os resultados deste estudo contribuam para o desenvolvimento de políticas mais equitativas no campo da educação.

Palavras-chave: Políticas públicas. Educação. Desigualdade Social.

Date of Submission: 05-05-2024

Date of Acceptance: 15-05-2024

I. Introdução

A análise da educação no Brasil requer um olhar atento ao contexto socioeconômico e político, especialmente sob a ótica das políticas neoliberais voltadas para o ajuste estrutural e a acumulação de capital. Desde a década de 1990, o país passou por transformações na economia e na política, refletindo em mudanças legislativas e nas políticas educacionais.

Além disso, o Brasil assumiu compromissos internacionais com a ONU, resultando em uma agenda global para a economia, conduzida pelo Banco Mundial, e uma agenda educacional pela UNESCO. Essas influências externas cumprem uma função relevante na educação nacional, como apontado por Antonio Inácio Andrioli (2002) em seu artigo sobre políticas educacionais no contexto neoliberal.

Nesse paradigma de desenvolvimento, iniciado nos anos 1990, os organismos multilaterais ganham destaque na formação de indivíduos produtivos, visando ao lucro e à estabilidade no sistema capitalista. Embora reconhecida como fundamental, a implementação das diretrizes internacionais no Brasil não gerou os resultados esperados, pois mais de 85 milhões de pessoas vivem abaixo da linha da pobreza. Organismos internacionais propagam o discurso de uma educação precária, o que, segundo eles, perpetua o desemprego estrutural.

Diante do exposto, nossa abordagem metodológica se fundamenta em fontes bibliográficas e documentais, respaldada pelo método dialético, ancorado na concepção materialista da história e nas categorias de totalidade e contradição. Dentro da perspectiva materialista histórica, nosso método está ligado à compreensão da realidade em sua totalidade. Assim, nossa pesquisa parte do objeto de estudo, estabelecendo conexões com as questões socioeconômicas e políticas.

O objetivo geral deste estudo é analisar o impacto das políticas educacionais na redução das desigualdades sociais no Brasil. Para atingir esse objetivo, os objetivos específicos são: Investigar o papel das políticas educacionais na promoção da equidade no acesso à educação; Avaliar as políticas educacionais implementadas desde a década de 1990 e seu impacto na redução da pobreza e das desigualdades; Analisar os desafios das políticas educacionais para promover a igualdade de gênero na educação; Examinar as implicações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na promoção da equidade e igualdade na educação.

II. Desenvolvimento Teórico

Políticas Educacionais no Brasil e as Orientações da UNESCO para o Século XXI

No século XXI, o Brasil testemunhou mudanças econômicas e políticas. Essas transformações afetaram o setor educacional, uma vez que a educação está ligada às dinâmicas econômicas e políticas de uma determinada época (Molina; Rodrigues, 2020). Assim como os anos 1990 representaram um avanço em termos de direitos sociais para a população brasileira, o Brasil teve que implementar reformas econômicas e políticas para se alinhar à globalização econômica e à ascensão do capitalismo mundial, que resultou na reforma do Estado, caracterizada pela redução da máquina estatal e do foco em questões sociais (Estevão, 2019).

Instituições como o Banco Mundial passaram a exercer uma influência substancial na economia, fornecendo consultoria e financiamento, enquanto a UNESCO começou a liderar a definição de uma agenda global para a educação no século XXI, em países em desenvolvimento como o Brasil (Banco Mundial, 2002; Unesco, 2019).

Tanto a agenda econômica quanto a educacional passaram a seguir as diretrizes delineadas por essas organizações internacionais. A partir do final dos anos 2000, a Cúpula do Milênio da ONU estabeleceu metas, incluindo metas educacionais para as primeiras décadas do século XXI, que os países membros, incluindo o Brasil, se comprometeram a alcançar até 2030 (Nações Unidas, 2015; ONU, 2000).

Esse movimento implicou um apoio financeiro aos países em desenvolvimento e orientou a implementação de uma educação básica capaz de capacitar os indivíduos para uma participação autônoma na vida social e econômica (Unesco, 2015). A educação assumiu um papel fundamental na resolução dos problemas sociais, sendo vista como o meio pelo qual os indivíduos podem se integrar à sociedade do novo século (Unesco, 2019).

De acordo com a UNESCO, essa nova educação deve desenvolver habilidades e competências essenciais para a participação nas novas dinâmicas sociais, no uso das novas tecnologias fundamentais para a participação na sociedade digital. Além disso, é esperado que essa educação promova a convivência entre os diversos grupos sociais, sendo o "aprender a conviver" um dos pilares dessa nova abordagem educacional (Unesco, 2019).

Os direcionamentos políticos, que refletem o poder do Estado, podem ser moldados de acordo com as visões políticas do governo vigente. Este, por sua vez, pode optar por políticas que contribuam para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa (Assunção et al., 2024). Na Constituição Federal de 1988, a educação é reconhecida como um direito público subjetivo, cabendo aos governantes políticos promover o acesso à uma educação de qualidade por meio de políticas públicas eficazes (Brasil, 1988).

É relevante destacar que o sistema educacional formal nas sociedades industriais ocidentais se mostrou cada vez mais inadequado para as condições sociais e econômicas do final do século XX (Laval, 2019). O surgimento de uma nova era, caracterizada por mudanças tecnológicas, globalização e competição econômica, gerou questionamentos sobre os objetivos e propósitos da educação.

Em resposta a essa turbulência, políticas educacionais nos países como Grã-Bretanha e Estados Unidos foram influenciadas pela ideia de que a economia de mercado deveria ser priorizada, refletindo uma ênfase nos imperativos do mercado na organização do sistema educacional (Assunção et al., 2024).

Desde sua instituição, a educação em massa tem sido moldada por diferentes interesses de seu propósito. Conforme argumentado por estudiosos, no século XIX, o sistema educacional era visto como um meio de diferenciar as elites das massas (Barbosa, 2020). A educação para os poucos privilegiados proporcionou entrada em um mundo selecionado e culturalmente superior, sendo um crachá de status distribuído conforme o acidente de nascimento, que reafirmava os privilégios dos economicamente e politicamente poderosos (Nunes, 2015).

Além disso, a educação foi organizada para reforçar as relações patriarcais existentes nas esferas pública e privada da vida social. No entanto, à medida que as sociedades industriais desenvolviam a reprodução da força de trabalho não manual, não era viável restringir a educação a homens de classe média, devido à demanda por trabalhadores de "colarinho branco".

A natureza percebida e as consequências das rápidas mudanças sociais e econômicas que confrontaram todas as sociedades industriais ocidentais, após a Segunda Guerra Mundial, tiveram um impacto na direção da mudança educacional, porque a necessidade de fornecer uma força de trabalho treinada e motivada provou ser um argumento para remover as barreiras educacionais à mobilidade da classe trabalhadora (Guimarães Junior et al., 2023).

Na maioria dos países latino-americanos, a política social tem sido orientada mais para setores privilegiados do que para os pobres. A assistência social tem sido de importância mínima e o seguro social desenvolvido de maneira ilegal. A crise econômica da década de 1980 teve impacto na política social, levando a um aumento da pobreza e, ao mesmo tempo, a uma redução nos gastos sociais, a uma deterioração dos serviços públicos e a graves desequilíbrios fiscais em regimes de seguro social (Assunção et al., 2024).

No Brasil, o governo, na esperança de garantir o controle doméstico das principais indústrias, liderou uma série de políticas nacionalistas após a Grande Depressão da década de 1930. Ele assumiu a propriedade de algumas das maiores empresas do país, em parceria com uma ou mais empresas locais ou estrangeiras, e vendeu ações a investidores privados (Guimarães Junior et al., 2023). No entanto, algumas indústrias atribuíram seu sucesso a medidas governamentais, que incluíam investimentos diretos, incentivos fiscais e outros, tarifas de proteção e restrições de importação.

As taxas quase sempre altas de inflação no final do século XX afetaram todos os aspectos da vida econômica do Brasil. A inflação veio em parte das políticas do governo de gastos deficitários, financiando a expansão industrial e subsidiando empréstimos comerciais, bem como a prática entre brasileiros de obter empréstimos de bancos estrangeiros quando o crédito doméstico era restrito (Unesco, 2015).

Na última parte do século XX, o Brasil indexou quase todas as transações de inflação, de acordo com o valor corrigido dos títulos do governo (Souza et al., 2024). O governo privatizou dezenas de instituições financeiras, fabricantes e empresas de mineração nos anos 1990, incluindo vários grandes produtores de aço e a Companhia Vale do Rio Doce (Companhia Vale do Rio Doce; CVRD) (Estevão, 2019).

Seguiram-se ofertas públicas adicionais de ações da Petrobrás - em 2010, a empresa levantou cerca de US\$70 bilhões na maior oferta de ações do mundo até o momento - mas o governo manteve sua participação majoritária (Hirt, 2016).

No início do século XXI, sérios problemas marcaram a economia brasileira, agravada por incertezas políticas. A inflação, a instabilidade financeira e o desemprego (ou subemprego) continuaram sendo ameaças constantes, e escândalos políticos e financeiros surgiram em todo o país. No entanto, em meados de 2004, a taxa de inflação havia diminuído e, pela primeira vez, o Brasil emitiu títulos em sua própria moeda, o real, em vez do dólar (Molina; Rodrigues, 2020).

O Brasil ainda tem uma das distribuições mais desequilibradas de riqueza do mundo: 10% das pessoas recebem quase metade da renda do país, enquanto os 40% mais pobres da população representam menos de um décimo do total. Além disso, os padrões de propriedade da terra continuaram a ser desiguais, como eram nos tempos coloniais, e os movimentos sociais agitados por reformas (UNESCO, 2019).

A educação passou a ser um meio para o sucesso econômico no Brasil, em que trabalhadores sem escolaridade ganham cerca de um quarto dos salários dos graduados do ensino médio, os quais, por sua vez, atingem metade do salário daqueles com diploma universitário; além disso, o desemprego entre os universitários é de um quarto da média nacional (Unesco, 2019).

Em discrepância, muitos brasileiros pobres devem procurar trabalho em tenra idade e, portanto, consideram a educação um luxo, enquanto as famílias mais ricas e bem conectadas do país garantem que seus filhos obtenham graus mais altos e melhores empregos. O governo estima que aproximadamente um sexto da população adulta (15 anos ou mais) é analfabeta, mas a taxa real pode ser muito maior.

A escola é gratuita para estudantes dos níveis primário (7 a 14) e secundário (15 a 17), mas três quintos dos brasileiros têm quatro anos de escolaridade ou menos (Unesco, 2019). Aproximadamente nove décimos das crianças de 7 a 14 anos estão matriculadas na escola (em contraste com 1960, quando metade dos alunos dessa faixa etária frequentava a escola). Menos de três quintos dos estudantes de 15 a 17 anos frequentam a escola e, dentre os que frequentam, alguns ainda estão terminando o ensino primário atrasado e interrompido; cerca de metade do número total de estudantes está no Sudeste e no Sul (Unesco, 2019).

Diante dos dados apresentados, as matrículas nas escolas secundárias aumentaram no final do século XX, e o número de graduações anuais em meados da década de 1990 foi o dobro da década anterior. As escolas secundárias têm baixas taxas gerais de matrícula, em parte porque muitos estudantes são obrigados a ganhar salários muito cedo. A frequência das universidades aumentou no século XXI no Brasil, mas permaneceu limitada em comparação com a maioria dos países desenvolvidos. Embora o número esteja crescendo, uma pequena parcela dos brasileiros de 18 a 24 anos frequentou universidades (Unesco, 2019).

Tradicionalmente, o ensino superior era uma prerrogativa dos membros ricos e da classe média, com vagas nas prestigiadas universidades públicas gratuitas do país limitadas aos que obtiveram melhores resultados. A partir da década de 1990, as escolas começaram a oferecer um número maior de cursos de fim de semana e de

extensão para acomodar as necessidades da classe trabalhadora que aspirava a ascensão e os estratos mais baixos da classe média, e o número de alunos matriculados no ensino à distância também aumentou (Unesco, 2015).

No Brasil, as barreiras educacionais que perpetuam as desigualdades só mais adiante foram ligadas à questão da eficiência econômica. Era comum presumir que a estrutura da educação deveria ser transformada para transmitir as habilidades básicas, selecionar o talento necessário e promover as atitudes apropriadas exigidas pelas sociedades industriais modernas.

A intensificação dos esforços para que o sistema educacional colha os retornos econômicos para a sociedade como um todo, bem como para seus beneficiários, com uma crescente preocupação em proporcionar maior igualdade de oportunidades para todos, criaram a base para a 'segunda onda' no desenvolvimento sócio histórico dos sistemas educacionais na indústria, sociedades, que envolveram uma mudança da oferta de educação baseada no que Dewey chamou de "dogma feudal de predestinação social" para uma organização organizada com base no mérito e na realização individual. A consequência mais visível dessas ideias foi a mudança para sistemas de educação abrangentes (Nunes, 2015).

A questão principal aqui é que diferentes grupos de classe, raça e gênero em nossa sociedade entram no mercado em termos muito diferentes. Como esse é o caso, podemos esperar que o mercado educacional se comporte como a maioria dos outros mercados. Torna-se provável que as escolas, credenciais e o status a elas associado se tornem diferenciados, criando escolas de elite para os ricos e uma gradação de escolas menos prestigiadas e com menos sucesso. Essas escolas com menos sucesso obtêm uma educação inferior, criando personalidades para uma economia de baixa confiança e baixa qualificação ou aponta para um aumento nos padrões (Molina; Rodrigues, 2020).

Novas noções corretas de padrões também abrigam as consequências da padronização - a seleção e o empacotamento de conhecimento em áreas temáticas arbitrárias, estreitas e discretas; a seleção e classificação dos estudantes em termos de sua competência nessas disciplinas; e o acúmulo de qualificações como símbolos da excelência acadêmica (Tiriba; Flores, 2016). Essas são as características da educação burocrática ao longo da segunda onda e que acreditamos estar necessitando de grandes reformas. A tentativa de estabelecer um sistema educacional de mercado reforça esse tipo de padronização, devido à necessidade de fornecer informações ao consumidor sobre o desempenho relativo de diferentes escolas (Laval, 2019).

Nas escolas secundárias, o sucesso nos exames se tornou o principal critério usado pelos pais para diferenciar as escolas, enquanto no ensino primário foram propostos testes de referência para dar aos pais uma indicação da qualidade da escola. Existe, no entanto, um amplo consenso de que estes últimos têm pouco valor educacional e servirão para desqualificar os professores e levar os alunos a se aposar de habilidades que serão exigidas pelos alunos.

Se a reivindicação sobre padrões é problemática, a proposição de que padrões educacionais estão ligados ao sucesso e ao fracasso econômico, é ainda mais. Qual é a conexão precisa entre os padrões educacionais, conforme definido pelo Novo Direito, e o declínio econômico, não foi esclarecida, mas a afirmação de tal conexão foi feita (Souza et al., 2024).

A realidade educacional de um mercado livre é que, em vez de gerar um sistema educacional mais aberto e competitivo, o único espírito empreendedor manifestado entre os pais de classe média estará disposto a investir financeiramente para pagar ou manipular o acesso a escolas públicas privadas ou de elite. Consideram a crença (o que é correto) de que as credenciais educacionais oferecem uma maneira de reduzir os riscos sociais dos alunos, mobilidade social descendente para seus filhos (Guimarães Junior et al., 2023).

Pode-se sugerir que uma economia moderna requer um alto nível de educação para uma elite de classe média e que um mercado do sistema de ensino conduzido fornecerá o que as condições econômicas da década de 1990 exigem. De fato, para alguns conservadores, essa divisão do trabalho e do aprendizado é inevitável por causa do conjunto limitado de talentos.

A política educacional no Brasil recebe importância dos governos federal e local desde 1995. Naquela época, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e o Ministério da Educação do Brasil começaram a buscar três áreas da política nacional de educação: equalização das finanças da educação; transferências condicionais de dinheiro; medição de resultados da educação (Assunção et al., 2024).

Segundo o Banco Mundial (2002), essas políticas nacionais de educação seguem as melhores práticas globais e a implementação tem sido sustentada e eficaz na melhoria do desempenho e dos resultados da educação no Brasil. Embora o Brasil tenha feito progressos na melhoria das habilidades da força de trabalho, o Brasil está abaixo da média em relação aos níveis de aprendizado, taxas de conclusão do ensino médio e eficiência do fluxo de alunos, quando comparado à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (1999) e a outros países de renda média. Além disso, as taxas de não comparecimento e de desistência aumentaram. Esses fatores são altos em áreas de baixa renda, onde a qualidade da educação permanece abaixo dos níveis esperados (Barbosa, 2020).

Para reduzir a desigualdade e a variação nos gastos por aluno entre diferentes regiões, em 1996, o governo introduziu as políticas de equalização do financiamento da educação, através da criação do Fundo de Manutenção

e Desenvolvimento da Educação Fundamental (FUNDEF) (1996-2006) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação FUNDEB (2006-presente), que implicava políticas sobre a alocação de financiamento para a educação e aumentos no financiamento geral da educação (UNESCO, 2008).

O FUNDEF foi introduzido em 1996 para reformar o financiamento da educação no Brasil. Foi estabelecido para garantir que o dinheiro determinado pela constituição seja gasto em educação e para estabelecer um piso de gastos por estudante no país. Os conselhos federais, estaduais e municipais, com poderes do Ministério da Educação, fornecem monitoramento e controle da distribuição, transferência e uso dos recursos do programa (Lopes, 2015).

O FUNDEB foi efetivado por catorze anos e gradualmente implementado. Foi formado pela alocação de 20% dos recursos provenientes de impostos estaduais e federais, e os distribuiu entre cada Estado e Município na proporção do número de estudantes matriculados. O FUNDEB envolveu comprometimento de R\$ 2 bilhões no primeiro ano, R\$ 2,9 bilhões no segundo ano, R\$ 3,7 bilhões no terceiro e R\$ 4,5 bilhões no quarto ano e sucessivos. Estendeu a equalização de financiamento introduzida no FUNDEF ao ensino médio e pré-escolar, a fim de garantir o financiamento do ensino básico para todos os estudantes no Brasil (FNDE, 2017).

O FUNDEB também garantiu o financiamento para as comunidades indígenas. Como resultado, o FUNDEB aumentou em dez vezes o volume de fundos federais comprometidos com a educação básica, injetando novos recursos em todas as etapas da educação básica e alocando recursos para programas direcionados a jovens e adultos (Unesco, 2008).

Em 26 de agosto de 2020 foi aprovada pelo Senado Federal a Emenda Constitucional nº 108, que altera a redação do FUNDEB e o torna permanente. Além disso, aumenta de forma gradativa o percentual da participação da União nos recursos do fundo, saindo dos 10% para 23% em 2026. A redação também altera como a União irá distribuir os recursos. O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que contribui na composição da distribuição do fundo para estados e municípios, será modificado de acordo com os indicadores locais de aprendizagem (Brasil, 2020).

O Brasil oferece transferências condicionais de dinheiro (TCC) para estudantes e, a partir de janeiro de 2011, possui um dos maiores programas de TCC de qualquer país. As transferências são pagas a 26% da população. O Bolsa Escola é um programa de transferência de renda que forneceu pagamentos em dinheiro a famílias pobres com crianças de 6 a 15 anos em troca de sua matrícula na escola e frequência de pelo menos 85% dos dias letivos.

O programa foi implementado pela primeira vez em 1995 pelos municípios de Brasília (Distrito Federal) e Campinas (São Paulo). Em três anos, mais de 50 municípios de sete estados implementaram programas semelhantes. Após essas experiências locais bem-sucedidas de TCC em meados dos anos 1990, as TCCs ganharam impulso no Congresso, levando o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso a criar o programa federal Bolsa Escola em 2001.

O Bolsa Família é um programa de assistência social que fornece ajuda financeira a famílias brasileiras pobres (Estevão, 2019), devendo garantir que seus filhos frequentem a escola e sejam vacinados. Os objetivos duplos do programa são reduzir a pobreza de curto prazo com auxílio direto em dinheiro e combater a pobreza de longo prazo, aumentando as habilidades educacionais e experimentais entre os pobres por meio de subsídios condicionais em dinheiro.

O Bolsa Família é o maior programa de transferência de renda condicionada do mundo, embora o programa mexicano “Oportunidades” tenha sido o primeiro programa nacional desse tipo. O programa foi mencionado como um fator que contribui para a redução da pobreza no Brasil, que caiu 27,7% durante o primeiro mandato no governo Lula.

Embora a UNESCO veja o Programa Bolsa Família como importante para a educação, alguns autores têm outra visão dos programas de distribuição de renda mínima atrelados aos programas escolares. Ao associar as famílias de baixa renda com filhos em idade escolar à permanência dos alunos na escola, mostrando que essa é uma forma de exercer maior controle social sobre a pobreza, conforme preconizam os organismos internacionais da ONU. A relação entre pobreza e educação é uma constante nos documentos das agências internacionais. Entre as ações recomendadas para o “alívio da pobreza”, figura a educação, na forma escolarizada ou não, com destaque particular na última década.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) é o braço de avaliação do Ministério da Educação. Foi criado em 1990 para coletar, processar e analisar dados sobre educação no Brasil (Unesco, 2008).

Orientações da UNESCO para Políticas de Educação em Países em Desenvolvimento

A política educacional consiste nos princípios e nas políticas governamentais na esfera educacional, bem como na coleção de leis e de regras que governam a operação dos sistemas educacionais (Assunção et al., 2024). A educação ocorre de várias formas para muitos propósitos, através de muitas instituições. A pesquisa destinada a informar a política educacional é realizada em uma ampla variedade de instituições e em muitas disciplinas

acadêmicas. Pesquisadores importantes são afiliados a departamentos de psicologia, economia, sociologia e desenvolvimento humano, além de escolas e departamentos de educação ou de políticas públicas nas universidades. Os exemplos incluem educação infantil, do jardim de infância ao 12º ano, faculdades ou universidades de dois e quatro anos, educação de pós-graduação e profissional, educação de adultos e treinamento para o trabalho. Portanto, a política educacional pode afetar a educação em que as pessoas se envolvem em todas as idades.

Questões na política educacional também abordam problemas no ensino superior. O Instituto Pell analisa as barreiras enfrentadas por professores e alunos em faculdades e universidades comunitárias. Que envolvem estudantes indocumentados, educação sexual e subsídios federais. Dados oportunos e de qualidade são fatores para a formulação de políticas, o planejamento e a entrega para promover a igualdade de gênero na e por meio da educação. Eles podem ajudar os países a identificar e analisar padrões e tendências de gênero e planejar e direcionar melhores recursos para lidar com as desigualdades de gênero. Eles também podem ajudar a identificar e informar intervenções que influenciam a participação, a aprendizagem e o empoderamento, desde a primeira infância ao ensino superior e além (Estevão, 2019).

Na visão de Sarmiento e Pinto (1997) existe uma contradição em colocar o aluno nas agendas das políticas governamentais, pois a falta de políticas públicas para a educação ainda prevalece em diferentes partes do mundo. Ele explica que, com a aprovação das Nações Unidas na Convenção dos Direitos das Crianças em 1989, os alunos receberam uma gama de direitos fundamentais e alienáveis. Entretanto, esses direitos não garantiram uma melhoria nas condições de vida, confirmando ainda mais os fatores que fazem dessa faixa etária os mais altos índices de pobreza, níveis de opressão e vitimização de conflitos contemporâneos.

A Conferência Mundial de Educação para Todos, ocorrida em Jomtien, na Tailândia, foi um marco para essas orientações, porque, desde aquele momento, estavam lançadas as políticas de ações globais para delinear os objetivos da educação mundial para o século XXI. Com o Plano de Educação para Todos, que foi apresentado na Conferência de Jomtien, o Banco Mundial assumiu o domínio da educação mundial, por meio de um plano político e uma modificação econômica que fosse capaz de alavancar o desenvolvimento e diminuir a pobreza, estando em consonância com o discurso do Milênio e com as necessidades da sociedade capitalista (Molina; Rodrigues, 2020).

Os países que adquirissem empréstimos com o Banco Mundial, teriam a cobrança de um compromisso com o desenvolvimento econômico e com o direcionamento das políticas setoriais. Na educação, esses países teriam alterações, sendo aplicados os padrões de financiamento e a gestão dos sistemas de ensino, diante dos currículos, o processo de avaliação e de formação de professores, com critérios empresariais e do mercado (Barbosa, 2020).

Vale lembrar que a UNESCO é um organismo ligado às Nações Unidas e, portanto, busca, por meio de ações políticas e governamentais, apoiar projetos de caráter humanitário que contribuam para a ordem social e para a reprodução do capital. A ideia de promover o acesso à educação das classes menos privilegiadas e ao desenvolvimento sustentável dos países pobres, são premissas que, do ponto de vista dos países dominantes, ajudam na redução das desigualdades já conformadas pela hegemonia do capital financeiro internacional, liderado pelas grandes potências capitalistas (Guimarães Junior et al., 2023).

Roger Dale (2004), ao estudar a relação socioeconômica e política entre globalização e educação, a partir da década de 1990, escreve que existe uma agenda estruturada de forma global para a educação. Esse fato, em sua visão, interfere na agenda educacional dos países periféricos, como é o caso do Brasil, considerado um país em desenvolvimento.

O Relatório Delors identificou tensões decorrentes de mudanças tecnológicas, econômicas e sociais (Tiriba; Flores, 2016), que ainda são perspectivas a partir das quais se observa a dinâmica da transformação social. Embora tenha havido avanços nos direitos humanos, a implementação de normas muitas vezes permanece como um desafio. É importante notar que os quatro pilares da aprendizagem foram considerados no contexto da ideia de 'aprendizagem ao longo da vida', uma adaptação do conceito de 'educação ao longo da vida', como definido no Relatório Faure de 1972 (Guimarães Junior et al., 2023).

Quando se trata de alcançar acesso equitativo à educação de qualidade, os países mais pobres do mundo ficam muito atrás. De acordo com o Relatório Global de Monitoramento da Educação de 2017, cerca de 61 milhões de alunos em idade escolar não têm chance de frequentar a escola (Unesco, 2015).

É possível perceber por meio desses Eventos, organizados pelas Nações Unidas, que a preocupação que começou na década de 1990, com o propósito de promover Educação para Todos, ainda permanece. A falta de compromisso político em atender as orientações da Unesco e as determinações do Banco Mundial para acabar com o analfabetismo e reduzir a desigualdade social, continua sendo algo preocupante para os países dominantes no âmbito do capitalismo, haja vista que essas condições são necessárias para a manutenção do equilíbrio social e a reprodução do capital mundial.

As proposições do ideário político-educacional da UNESCO deram sustentação a novos modelos de educação voltados para os interesses do capital. As necessidades de produção e de reprodução das hierarquias

políticas em âmbito mundial fizeram prevalecer os interesses políticos dos países dominantes no âmbito do capitalismo.

A alfabetização capacita as pessoas, permite que participem da sociedade e contribui para melhorar os meios de subsistência. Também impulsiona o desenvolvimento sustentável, pois permite uma maior participação no mercado de trabalho; melhora da saúde; reduz a pobreza e expande as oportunidades. Além de seu conceito convencional como um conjunto de habilidades de leitura, escrita e contagem, ela é entendida como um meio de identificação, interpretação e comunicação em um mundo digital, mediado por texto e rico em informações.

A UNESCO lidera os esforços globais de alfabetização desde 1946, promovendo a visão de um mundo alfabetizado para todos. Considera a aquisição e o aprimoramento das habilidades de alfabetização ao longo da vida como uma parte intrínseca do direito à educação. Todavia, a educação ao longo da vida, segundo Rodrigues (2011), também pode ser entendida como uma educação que contribui para a constituição de um sujeito pacífico e tolerante que coopera para as necessidades de manutenção e de reprodução do sistema capitalista.

Para a educação, os modelos voltados para as necessidades de mercado prevaleceram até o final do século XX e no início do século seguinte, preconizava-se uma educação de caráter humanitário e inclusivo no intuito de construir uma sociedade mais igualitária não no sentido econômico, mas na aceitação de outras diferenças humanas.

Sobre a educação ao longo da vida, postula Rodrigues (2011) que essa ideia está vinculada ao Relatório Delors de 1996, que concebe a formação de indivíduos capazes de contribuir para a reprodução do capital e manutenção das classes e países determinantes de hegemonia no âmbito do capital mundial. Ao determinar uma educação para os países pobres, o Relatório esclarece que a numerocracia é uma habilidade essencial: manipular números, contas, proporções e quantidades é uma habilidade básica e necessária em todos os lugares.

É necessário promover o ensino e a formação técnica e profissional (TVET) no Brasil para preparar os jovens para o emprego, aumentar o crescimento econômico e reduzir a pobreza. A TVET pode vincular a educação ao mercado de trabalho. Ela lida com questões econômicas, sociais e ambientais, ajudando jovens e adultos a desenvolver suas habilidades necessárias para conseguir emprego, emprego decente, bem como desenvolver o empreendedorismo. Assim, a TVET promove um crescimento econômico igual, inclusivo e sustentável, além de prestar assistência às transições para as economias verde e digital.

A UNESCO apoia ações relacionadas ao desenvolvimento de competências de gerentes educacionais e equipes técnicas voltadas ao planejamento educacional e por ações para melhorar o acesso à educação e a permanência de estudantes nas escolas, a fim de melhorar a eficiência e a eficácia da educação técnica e profissional oferecida à população brasileira. No intuito de reduzir as diferenças sociais e o acesso à educação, com as mazelas do capital impostas aos alunos de famílias pobres, a UNESCO fornece suporte técnico e experiência para tratar de questões de qualidade e equidade na educação (Estevão, 2019).

Na visão da UNESCO, a pobreza global pode ser reduzida para mais da metade quase dentro de uma geração se todos os adultos concluírem o ensino médio, de acordo com os resultados da UNESCO-UIS e os Relatórios de Monitoramento da Educação Global. Essas altas taxas fora da escola podem ser explicadas pela pobreza e por várias outras razões: muitos jovens nunca tiveram a chance de ingressar na escola quando eram mais jovens, o ensino médio não é obrigatório e os jovens têm direito a emprego em maioria dos países (Molina; Rodrigues, 2020).

O banco de dados do Instituto de Estatística da UNESCO (2017) mostra que, desde 2000, a taxa de ensino médio fora da escola caiu mais no mundo, mas essa tendência está se achatando. Em 2000, havia 185,5 milhões de estudantes fora da escola na idade do ensino médio (cerca de 15 a 17 anos). Em 2015, esse número caiu para 141 milhões. As taxas de conclusão são ainda mais baixas que as taxas de inscrição. Por exemplo, em países de baixa renda, enquanto 62% dos adolescentes estavam matriculados em 2015, 27% do ensino médio terminado no período de 2008 a 2014. Mesmo quando eles completam um ciclo educacional, os alunos não obtêm as habilidades esperadas porque a qualidade da educação é baixa. Vários estudos demonstraram que baixos níveis de educação e baixa aquisição de habilidades dificultam o crescimento econômico e não contribuem para a redução da pobreza.

No intuito de reduzir a pobreza, conforme ficou definido na Cúpula do Milênio em 2000, reformas substanciais na área da educação poderiam ser a resposta para os países que sofrem restrições financeiras e apresentam um alto índice de alunos fora da escola. A UNESCO oferece assistência técnica na análise de políticas educacionais, na elaboração de planos de desenvolvimento do setor educacional e na mobilização de doadores em apoio às prioridades educacionais nacionais, como reforma curricular e políticas para a formação de professores. Desde 1997, o Escritório da UNESCO no Brasil acompanha e apoia as ações nacionais para a implementação da reforma do ensino médio. A UNESCO entendeu a importância da educação nos primeiros anos de vida por contribuir no rendimento no ensino fundamental obrigatório, diminuindo a repetência e a evasão e tendo mais probabilidade de o aluno continuar os estudos e completar o nível médio. Enfatizando que seria a melhor etapa de efetuar o custo-benefício, combatendo a pobreza e a exclusão social como ressaltou o documento elaborado com o título “Crenças e Esperanças: Avanços e Desafios da UNESCO no Brasil” (2003). Para os alunos

desfavorecidos, a educação desempenha um papel importante na compensação das desvantagens da família e no combate às desigualdades educacionais.

Políticas Públicas Para a Educação no Brasil

A educação tem inúmeros benefícios, incluindo melhores e mais equitativos resultados a longo prazo para alunos de contextos econômicos divergentes. Além disso, os investimentos nesses programas ajudam a cultivar uma força de trabalho futura, garantir a competitividade econômica a longo prazo e desenvolver os futuros líderes de nosso país. Além dos impactos positivos a longo prazo que os cuidados pré-escolares de alta qualidade têm sobre os alunos e a economia, esses programas oferecem importantes benefícios aos pais que trabalham, principalmente às mães que trabalham (Souza et al., 2024).

Em meados da década de 1970 e 1980, o governo federal instituiu iniciativas em dois setores, a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e o Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de ampliar a admissão, para alunos de famílias de baixa renda. O MEC apoiou os estados e municípios, tanto técnica quanto financeiramente, na expansão da oferta de educação pré-primária, em regime de tempo parcial, priorizando a faixa etária mais próxima dos 7 anos. A expansão ocorrida nesse período deveu-se em grande parte à utilização da comunidade local e de recursos humanos não qualificados, resultando em serviços de baixa qualidade, nos quais o objetivo principal era compensar os efeitos da pobreza (Barbosa, 2020).

A UNESCO e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) desempenharam papéis políticos influentes. Essa dupla inserção das instituições de educação no bem-estar social constituiu um aspecto marcante da história da educação brasileira, resultando em confrontos entre os setores ainda não superados. Na visão de Kuhlmann Jr (2002), a imagem de alunos pobres, pertencentes a lares sem alimentação adequada e com casos de alcoolismo, determinou práticas institucionais na tentativa de proteger os alunos desse ambiente e impedi-las de se tornarem criminosas. Um exemplo dessa abordagem pode ser encontrado nas discussões realizadas no Congresso Brasileiro de Proteção à Infância (CBPI), realizado em 1922, no Rio de Janeiro. O objetivo desta conferência era "lidar com todos os assuntos relacionados direta ou indiretamente aos alunos, do ponto de vista social, médico, educacional e de saúde em geral, bem como em suas relações com a Família, a Sociedade e o Estado".

Embora o Brasil tenha um forte programa educacional, a participação não está ligada ao sucesso acadêmico. Devido à divisão entre escolaridade pública e privada, a eventual participação em uma universidade pública de ponta se resume ao status socioeconômico. As famílias que podem se dar ao luxo de enviar os seus filhos para as escolas particulares oferecem a eles a oportunidade de estarem melhor preparados para o vestibular e, portanto, têm maior probabilidade de ingressarem nas melhores universidades públicas e gratuitas.

A probabilidade de o aluno frequentar uma escola aumenta de acordo com o nível educacional dos pais, e são as famílias mais pobres que têm menos acesso a esses serviços, mesmo que a legislação priorize os alunos nessas famílias. As transformações na família também são qualitativas: apontam para uma crise na forma tradicional da família, composta pelos pais e filhos relacionados, que, embora ainda predominantes, passam a ceder espaço a formas mais heterogêneas. Separações e novos casamentos criam novas relações e papéis; a proporção de casais diminui enquanto a quantidade de solteiros e pais separados aumenta, constituindo um segmento composto por mulheres (Estevão, 2019).

Molina e Rodrigues (2020, p. 15) ao discutirem sobre Políticas Públicas e educacionais, escrevem: "As políticas públicas sociais, entre elas as políticas educacionais, são determinadas por organismos internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Com as mudanças na política, garantindo a educação de qualidade pelos governos a fim de combater a pobreza, os movimentos sociais em um crescimento acelerado por vagas em creches e pré-escolas e produções científicas na área, desencadeou uma revisão das DCNEIs."

A BNCC e as Mudanças Do Ensino No Brasil

A partir de 2017, o Ministério da Educação, por intermédio do Conselho Nacional de Educação, lançou, por meio da Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC, a ser respeitada ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Essa base estabelece conteúdos mínimos a serem considerados pelos currículos escolares em âmbito nacional (Guimarães Junior et al., 2023).

Diante das mudanças dos meios de produção para manter o capital na mão dos detentores de poder, parte da população fica na linha extrema da pobreza, necessitando da educação para a manutenção do sistema capitalista. A partir do momento que as políticas sociais não promovem a redução da pobreza é necessária uma reformulação para garantir mudanças no preparo dos alunos para viver em sociedade (Assunção et al., 2024).

Finalizando, analisaremos a elaboração da BNCC dentro de mudanças educacionais pautadas no modo de produção capitalista e da política mundial. Pensando no contexto sócio-político e econômico, as reformas educacionais que estão sendo implementadas pela BNCC estão interligadas com o Banco Mundial, que visa às

políticas educacionais atreladas às políticas econômicas para combater a pobreza em países menos desenvolvidos (Brasil, 2017).

Para as discussões que se seguem, tomamos como ponto de partida uma concepção histórica de educação e, ao defendê-la, entendemo-la como parte de um processo histórico e cultural que acompanha o desenvolvimento humano e social de cada período, isso pressupõe como base social a economia e a política educacional de cada época (Souza et al., 2024).

Bastos (2018) exprime que uma mudança efetiva na pedagogia em direção a uma educação com qualidade para toda a população brasileira requer a formulação e a implementação de políticas, diretrizes, programas e projetos que enfrentam os desafios, de natureza e dimensões distintas, colocados aos educadores por uma sociedade heterogênea e desigual que se dá a conhecer, a compreender e a transformar no cotidiano de cada sala de aula.

A BNCC é essencial para iniciar o combate à desigualdade na Educação, visto que, além dos currículos, irá contribuir com a formação inicial e continuada de professores, confecção de material didático, as matrizes e a revisão dos exames de avaliação. Cada rede de ensino terá um documento para adequar e construir os seus currículos para reiterar o compromisso com a redução das desigualdades educacionais no país (Guimarães Junior et al., 2023).

Com as políticas sociais e educacionais implementadas no Brasil desde a década de 1990 observamos, por intermédio dos documentos, que o Banco Mundial foi direcionando o país para combater a pobreza e formar adultos produtivos para uma sociedade capitalista (Estevão, 2019). Esse investimento foi essencial para o crescimento do desenvolvimento econômico e para a redução da pobreza. Todavia, esses projetos estiveram sempre em consonância com os interesses da sociedade contemporânea. O objetivo das políticas educacionais implementadas no Brasil, a partir dos anos 2000, atenderam à demanda da agenda política para o desenvolvimento econômico. O intuito era reduzir a pobreza e reproduzir o capital (Molina; Rodrigues, 2020).

De acordo com o Relatório Delors (1999), caberia como um dos papéis da educação prover o domínio de seu desenvolvimento e garantia do crescimento da sociedade em que vive. A implementação da BNCC normatiza esses interesses da agenda política ao contemplar como prioridade na educação, para solucionar a aprendizagem, termos como “equidade e igualdade”.

Percebemos a consonância com o Relatório Delors em que defende um esforço particular em acabar com a desigualdade entre os sexos com o princípio da equidade em educação (Guimarães Junior et al., 2023). Para Molina e Rodrigues (2020), essa visão preconizada pela BNCC sobre os termos equidade e igualdade não contempla as condições físicas ou econômicas para indicar os resultados das capacidades de aprendizagens intelectuais.

As inferências dos organismos internacionais no documento apontam o perfil de homem desejado para a sociedade. Um sujeito que seja autossustentável, crítico, ético e solidário, que contribua para uma sociedade mais justa e mais humana, sem que entre em conflito com as situações de poder na sociedade. Sendo assim, a educação se torna necessária para erradicar a pobreza e a desigualdade social, auxiliando para a harmonia e a coesão social, deixando de lado, o cumprimento do processo de ensino e a aprendizagem. Essas novas perspectivas em âmbito educacional no Brasil com inferências do Banco Mundial a partir do final do século XX garantiram mudanças em todas as etapas da educação básica.

Ao analisarmos a Educação, percebemos como ela foi estruturada na teoria do capital humano, sendo uma das artimanhas no combate contra a pobreza. A desvalorização do ensino, exercício que permite a apropriação dos conhecimentos escolares, em favor das experiências utilitaristas e cotidianas, favorece a cultura do senso comum e desfavorece a assimilação do patrimônio cultural da humanidade. Conforme visto, a BNCC não apresenta conteúdos referentes ao ensino; o que se vislumbra são objetivos de aprendizagem e de desenvolvimento (Brasil, 2017). Os objetivos concebem conceitos, atitudes e procedimentos atrelados ao aprendiz., que sugere a desqualificação da atividade de ensino em relação à aprendizagem.

Encontramos na BNCC todas as orientações advindas da UNESCO pelo Relatório Delors, nos quatro pilares da educação de qualidade (Estevão, 2019), compreendendo a educação compensatória e para a diminuição da pobreza a fim de garantir uma estruturação na sociedade capitalista sem ter um currículo necessário ao ensino de qualidade.

III. Considerações Finais

Durante as investigações, constatou-se que as diretrizes propostas por agências multilaterais para a educação enfatizam a necessidade de medidas focadas na redução da pobreza, alegando que isso diminui os custos na educação básica. No entanto, tais políticas, ao serem direcionadas para essa finalidade, não asseguram direitos universais e não promovem a qualidade educacional, apesar de serem reconhecidas pelos beneficiados.

Além disso, as políticas sociais de combate à pobreza não conseguem atender a população que necessita de acesso à educação. Apesar da demanda expressiva em todo o país, as metas estabelecidas, como a do PNE de

2014, que visou que até 2024 os municípios atenderiam 50% das crianças de 0 a 3 anos, não garantiram um acesso universal a esse serviço.

Apesar da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) impulsionar a garantia dos direitos de aprendizagem para todos, verificou-se que o documento não foi eficaz na efetivação dessas mudanças. Para que o direito de aprender e se desenvolver seja assegurado, são necessárias políticas educacionais que priorizem investimentos em infraestrutura, aquisição de materiais e formação de professores. Mais do que novos discursos, a educação requer ações políticas que eliminem a associação da educação à pobreza.